

As manifestações de Junho de 2013 em São Paulo e a alteridade urbana: contribuições para a psicologia social¹

São Paulo's protests in June, 2013 and the urban otherness: contributions to the social psychology

Tiago Rodrigo Marin; Gustavo Martineli Massola

Universidade de São Paulo

RESUMO:

Este artigo busca analisar criticamente o fenômeno das manifestações de Junho de 2013 que ocorreram na cidade de São Paulo, iniciado com o reajuste do preço do transporte urbano. A argumentação tem início no levantamento de dados políticos e econômicos que contextualizam as manifestações, para, então, apresentar como a ação policial, sua estrutura no Estado de São Paulo e a mídia influenciaram o mesmo. O artigo propõe que os eventos devem ser lidos como intimamente relacionados ao cenário de massificação social que ocorre nos grandes centros urbanos contemporâneos, como a transformação da vida pública em uma vida de sociedade numérica, supostamente homogênea em seus interesses comuns, assim como a criação artificial de minorias. Argumenta-se que os protestos buscavam também ultrapassar as barreiras que cancelam a possibilidade de uma vida que saiba se relacionar com a alteridade urbana.

Palavras-chave: Manifestações; São Paulo; Psicologia social.

ABSTRACT:

This article aims to critically analyze the phenomenon of the protests of June, 2013, that occurred in the city of São Paulo, Brazil, started with the adjustment of the price of urban transport. The argument begins a demonstration of political and economic background of these events, to then present how the police action, its structure in São Paulo State and the media influenced the same. Thus, the article proposes that the events should be read as closely related to the scenario of social massification, the transformation of the public life into a life among a mass society within a supposedly homogeneous, as the creation of numerical minorities. It is argued that the protests sought overcome barriers against the possibility of a social life that knows and can be an active part of the urban otherness.

Key-words: Protests; São Paulo; Social psychology.

1. Introdução

Na segunda quinzena de Junho de 2013, em São Paulo, não se escolhia mais se as manifestações participariam do nosso cotidiano, ainda que a escolha por se juntar ou

não às mesmas fosse possível. Os horários de expediente de trabalho foram alterados, assim como os horários de funcionamento de algumas estações e linhas do transporte urbano coletivo. Questões políticas, econômicas e sociais eram pautas em qualquer ambiente social, das rodas de amigos aos encontros involuntários nos elevadores, além de sua onipresença nas redes sociais e nos meios de comunicação. Esta observação se faz como uma nota metodológica, pois consideramos necessário revelar qual a relação existente entre os autores deste trabalho com o campo e o tema do mesmo. Ainda que as manifestações tenham se tornado presentes em nosso cotidiano, nosso interesse por elas também decorre de outros motivos: nos últimos anos, a Avenida Paulista, um dos principais espaços dos protestos, foi campo de nossos estudos, ainda que estes se relacionassem a outros temas (Marin, 2011; Marin et al., 2011), o que nos despertou o interesse pelos protestos desde seus primeiros atos.

Participamos das manifestações de Junho de 2013, ora como corpo daquele protesto, ora como observadores. Estivemos em campo nos dias 6, 13, 17, 18 e 20 de Junho de 2013. Observamos as dinâmicas de quatro dos seis grandes atos, além da “comemoração” pela revogação no aumento da tarifa. Acompanhamos também algumas manifestações paralelas realizadas nos meses de Junho e Julho, com as mais diversas pautas, em busca de compreender se havia um novo padrão de mobilização política surgindo nas tais Jornadas de Junho.

Consideramos que nossa participação nos protestos, mesmo como manifestantes, não é, por si, um problema para as considerações que apresentaremos a seguir. Quando nos propomos a investigar fenômenos urbanos, a imersão no cotidiano daquilo que desejamos compreender, se buscarmos inspiração na antropologia, pode encontrar em Augé (1999) os cuidados necessários para esta reflexão. De sua crítica às origens da etnografia em uma antropologia colonialista, nos interessa a manutenção de sua proposta a uma etnologia “de casa”, interna aos nossos processos cotidianos, leitura crítica que não apenas deve ser possível como necessária: pôr-se a ler a trama cultural tecida nas cercanias elimina o exótico sem encontrar o homogêneo, desafiando realidades tidas como intactas.

Sendo assim, não há, para este artigo, um método rígido e fixo de relação com o campo. O que propomos aqui é a liberdade crítica de releitura de uma experiência vivida, acompanhada tanto de um distanciamento temporal necessário para a construção do diálogo com outras fontes para o exercício hermenêutico, quanto da honestidade de

apresentar a relação existente entre participação e reflexão. Para quem deseja encontrar uma descrição detalhada das manifestações em São Paulo, sugerimos a leitura de Judensnaider et al. (2013), que organiza não apenas um diário das mesmas, mas apresenta também o que estava sendo exposto pela mídia e os discursos oficiais de autoridades políticas. Uma coletânea de análises sobre o fenômeno, desta vez em seu âmbito nacional, também pode ser encontrada em Maricato et al. (2013).

Mesmo em uma curta extensão temporal, as manifestações transformaram-se intensamente se comparados o ato inicial do dia 6 de Junho e o ato comemorativo do dia 20. Observou-se um aumento significativo no número de participantes, mudanças nas reivindicações, na estratégia policial, nos discursos oficiais e na cobertura midiática. Nossas considerações sobre o fenômeno são divididas em três momentos distintos: no item 2, apresentaremos os contextos políticos e econômicos que o circunscrevem e que foram amplamente divulgados como causadores das manifestações. No item 3, recorreremos especialmente à antropóloga Caldeira (2000) para compreendermos o desenvolvimento histórico da Polícia Militar do Estado de São Paulo desde a redemocratização do país até os dias de hoje, para avaliar a ação policial durante os protestos – um dos fatores decisivos para o crescimento dos mesmos. Também neste item analisamos a interferência que a cobertura midiática causou nas manifestações.

Cabe ao quarto item um dos pontos mais relevantes para a nossa análise. Nas ruas, nos primeiros dias, um dos principais “gritos de guerra” observados nas vozes e nos cartazes era “não é só por 20 centavos!”, e este também foi transformado, cedendo espaço para o grito “o gigante acordou!”. Grande parte da mídia e de seus jornalistas, assim como alguns analistas políticos, apostou no último grito de guerra como eixo interpretativo para as manifestações. Os próprios manifestantes de rua pareciam não atentar ao fato de que este grito os denunciava como adormecidos e apáticos, cidadãos letárgicos em ação e compreensão política. Destacava-se, nesta interpretação, o estereótipo do brasileiro como um povo pacífico, complacente e despreocupado com suas situações sociopolíticas. Propomos, contudo, como eixo interpretativo do item quarto, o retorno ao primeiro manifesto: o que havia além daqueles vinte centavos? A resposta que encontramos é a luta pelo direito à alteridade urbana.

Não buscamos, nas nossas considerações sobre a alteridade urbana, uma definição sobre a mesma. O que neste artigo se compreende por alteridade é permeado por nossas leituras do também antropólogo Augé (1999): a experiência do e com o Outro. Resumidamente, a experiência com coletividades que constroem relações

simbólicas e que, todavia, não resulta na experiência do puro si-mesmo, ou seja, uma “relação íntima com o que não é ainda ou já não é mais” (p. 46) o indivíduo, mas que considera que sempre “existe o si-mesmo no outro (...), existe o outro no si-mesmo” (p. 63). Entretanto, mais importante do que uma definição de alteridade é refletirmos sobre o que impossibilita a nossa experiência sobre a mesma. Para isso, recorreremos à filosofia de Arendt (2010) e à geografia de Lefebvre (2001) e Appadurai (2009) para compreendermos a abstração social – aqui considerada como a transformação do coletivo em massa homogeneizada – como ela se desenvolve na vida urbana, e como as manifestações, inicialmente, tinham como objetivo uma crítica à impossibilidade de experiência da alteridade urbana.

A despeito de nosso próprio desenvolvimento na psicologia social – lugar a partir do qual falamos –, reconhecemos que as considerações aqui apresentadas são derivadas de uma liberdade transdisciplinar – característica comum a alguns de nossos trabalhos que, no entanto, pode causar certo estranhamento em leitores menos acostumados. Assim, limitamos nossas contribuições possíveis à psicologia social e ao desenvolvimento de suas análises críticas dos fenômenos sociais.

2. Alguns contextos imediatos

Como o próprio MPL apresenta (MARICATO et al., 2013), as manifestações sociais sobre mobilidade urbana não eram novidade para o contexto paulistano, tampouco para o nacional. Se considerarmos a partir da década de 2000, o primeiro deles foi a “Revolta do Buzu”, ocorrido entre agosto e setembro de 2003, em Salvador, acompanhado, em 2004 e 2005, pela “Revolta da Catraca” iniciada em Florianópolis. São Paulo também havia visto movimento semelhante ainda em 2011, nas manifestações contra os reajustes nos preços do transporte público daquele ano. No segundo semestre de 2012, situação semelhante ocorreu em Natal, com a “Revolta do Busão”. Em 2013, Porto Alegre, e não São Paulo, inaugurou as manifestações que se tornariam nacionais.

No ano de 2013, na cidade de São Paulo, iniciava-se o primeiro ano de gestão do prefeito Fernando Haddad (PT), que substituíra Gilberto Kassab (que iniciou este mandato filiado ao DEM e o encerrou como filiado ao PSD, partido que fundou em 2011), o qual encerrava o seu mandato sob forte desaprovação. No Governo do Estado encontrava-se Geraldo Alckmin (PSDB), no terceiro ano de seu segundo mandato não-

consecutivo. Na capital, outras manifestações ocorriam desde o início do primeiro semestre. Dentre elas, dois temas destacaram-se antes das Jornadas de Junho. O primeiro deles foi contra a violência na ação policial, em Março, na desocupação de Pinheirinho 2 (Iguatemi, Zona Leste de São Paulo), assunto que será retomado no próximo item deste artigo.

O segundo tema que ganhou notável destaque nas ruas da cidade também dizia sobre os Direitos Humanos: em Março de 2013, o Deputado Federal Marco Feliciano (PSC-SP) foi eleito como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, pelo período de um ano. Autor de declarações polêmicas em entrevistas, programas televisivos e em seus perfis em redes sociais, sendo constantemente acusado de racismo e homofobia, o pastor religioso intensificou a rejeição contra sua presidência quando, ainda no mesmo mês, a CDHM aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 234/11 de autoria de João Campos (PSDB-GO), que buscava alterar o texto do Conselho Federal de Psicologia sobre as possíveis atuações do profissional de psicologia referentes à homossexualidade – projeto que ficou conhecido popularmente como “cura gay”.

As manifestações contra o deputado Marco Feliciano foram as primeiras a acontecer, em 2013, contando com um grande número de participantes em São Paulo, mas debatendo um tema de âmbito nacional. No dia 25 de Abril ocorreu, na Praça Roosevelt (Centro), um encontro da “Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Minorias”, promovido pelo deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), o cartunista Laerte Coutinho, os coletivos “Existe Amor em SP”, “Coletivo Pedra no Sapato” e a ONG “Conectas”. Além disso, a reprovação ao deputado também foi pauta da Marcha das Vadias, ocorrida em 25 de Maio, e da Parada do Orgulho LGBT, no dia 02 de Junho.

No âmbito federal, o mandato presidencial de Dilma Rousseff (2011 - / PT) inaugurava seu terceiro ano digerindo o pequeno desenvolvimento do Produto Interno Bruto do país que, em 2012, crescera 0.9% em relação a 2011 (IBGE, 2013). Além disso, a inflação oficial de 2012, de acordo com o IPCA/IBGE, fora de 5,84% - acima do eixo da meta oficial fixada para o ano, que era de 4,5% com o intervalo de tolerância de dois pontos percentuais para mais ou para menos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010). Esta inflação era sensível a todas as faixas de renda no país, especialmente por ter afetado diretamente o preço dos alimentos. Encarando uma crise econômica global, acentuada nos Estados Unidos da América e na Europa, o Brasil não se encontrava em recessão ou num cenário de hiperinflação; contudo, a desaceleração

do crescimento econômico não apenas era amplamente divulgada como causava incômodo. Algumas oscilações econômicas, ainda que não revelassem uma crise, também não apresentavam um plano econômico definido por parte do Ministro da Fazenda Guido Mantega. Muitas das ações do Executivo em relação à economia eram apresentadas pelos meios de comunicação de massa como medidas pontuais e temporárias a fim de reverter ou manter determinadas situações.

Uma dessas ações pontuais estava diretamente relacionada ao preço das passagens de ônibus em São Paulo. Com a possibilidade de que o IPCA do mês de Janeiro/2013 chegasse a 1%, o que faria com que o índice de inflação acumulada em 12 meses aumentasse para 6,5%, teto da meta, a presidente Rousseff fez um acordo com as prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro para que a tarifa do transporte público permanecesse congelada no primeiro trimestre do ano.

Ainda que não seja uma estratégia oficializada pelo Governo do Estado ou pela Prefeitura, as tarifas do transporte público em São Paulo são normalmente reajustadas a cada dois anos, evitando-se os anos eleitorais, frequentemente no primeiro bimestre. Ciente de que os reajustes em anos anteriores tornaram-se alvos de protestos pelo MPL, Fernando Haddad anunciava o reajuste da tarifa, no final do mês de Maio, mas enfatizava que o aumento de 20 centavos era inferior à inflação acumulada no período, e que, portanto, seria satisfatório o preço da passagem fixado em R\$ 3,20, quando poderia chegar a R\$ 3,40.

Ainda sobre os custos da vida urbana, Maricato (2013) destaca a questão da especulação imobiliária para a compreensão das manifestações. A autora ressalta como projetos de investimento e de acesso à moradia acarretaram um aumento significativo da inflação imobiliária (153% entre os anos de 2009 e 2012); além de subsídios e incentivos federais à indústria automobilística, que, como conclui, produziram “mais subsídios para a circulação de automóveis (incluindo combustíveis e outros itens) do que para o transporte coletivo” (p. 25).

Os temas anteriormente apresentados foram enumerados por aparecerem todos em cartazes e vozes durante as manifestações. Contudo, propomos que nem a origem do movimento, tampouco sua expansão e transformação possam ser explicados exclusivamente por este cenário econômico. A noção de que a origem das Jornadas de Junho em São Paulo deva ser compreendida apenas por estas questões pontuais da economia e da política serão debatidas no quarto item deste artigo. No próximo item,

nos dedicamos a analisar dos fenômenos que consideramos decisivos para a compreensão dos rumos finais das manifestações em São Paulo: a ação policial e a ação midiática.

3. A Revolta do Vinagre: o abuso policial e a mídia

Em sua investigação sobre os motivos que levaram ao acréscimo da violência na cidade de São Paulo entre as décadas de 1970 e 1990, Caldeira (2000) inicia suas considerações com um tema específico: o discurso sobre a violência. Tal escolha mostra-se pertinente por distintos motivos, como, por exemplo, assumir seu estudo como mais um discurso sobre a violência e as dificuldades e responsabilidades pertinentes a tal proposta – questão que também nos toca quando nos propomos a analisar as manifestações.

Todavia, ao relacionar violência e discurso, o ponto mais significativo para a autora é colocar a primeira como uma construção cultural. Ao trazer a linguagem para seu tema central, a autora nos lembra que o exercício de significação não é, por si só, um contraponto à violência: a fala é também produção, e as narrativas abrem campo para as práticas sociais. As experiências de violência rompem um significado que a narração tenta contrabalancear, mas, neste momento, encontram-se amarradas, ou ao menos influenciadas, por discursos hegemônicos e corriqueiros. As narrativas sobre violência tendem a produzir um tipo específico de significação, sendo “simplistas, intolerantes e marcadas por preconceitos e estereótipos” (CALDEIRA, 2000: 39-40). As análises da autora têm como foco o crime violento em ascensão na cidade de São Paulo na década de 1990; entretanto, consideramos o seu estudo sobre a violência cotidiana relevante para a compreensão das manifestações de Junho de 2013, justamente porque o embate pela legitimação do discurso e a violência foram temas proeminentes das mesmas.

O Movimento Passe Livre de São Paulo foi fundado em 2005 e, mesmo tendo o apartidarismo como um de seus princípios, conquistou o apoio de partidos políticos identificados como de esquerda, especialmente o PSTU e o PSOL, e outras organizações sociais como o Movimento de Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Desde então, promovem encontros regionais e nacionais, ressaltando-se que “sua estruturação não se consolida como uma organização perene com fóruns regulares, embora se mantenha como uma rede de articulação nacional que troca experiências”

(JUDENSNAIDER et al., 2005: 13). Assim sendo, destacamos a necessidade de o MPL organizar seus eventos – tanto manifestações quanto encontros – contando, principalmente, com ferramentas virtuais, como redes sociais e *sites* específicos na internet. Nos limites dos objetivos deste artigo, não nos compete uma análise detalhada sobre a relação entre política, democracia e o desenvolvimento da *internet*, ainda que uma síntese de interpretações otimistas e pessimistas sobre o tema possa ser encontrada, em nossa bibliografia, em Pinho (2011). Todavia, por ser notável a relação entre o crescimento do acesso à internet e o próprio crescimento do movimento ao longo dos anos, algumas considerações são necessárias.

O principal motivo de considerarmos a relevância do papel da *internet* em manifestações como as de Junho de 2013 se dá pela sua ampla possibilidade de produzir e receber informações. A comunicação na *internet*, como aponta Pinho (2011), pode ser produzida por qualquer pessoa, sem maiores dificuldades, através da criação de páginas pessoais ou cadastros em redes sociais. Se, por um lado, isso permite uma divulgação pessoal de proporções desconhecidas até então, isto também dá abertura para a divulgação de mentiras ou afirmações de autoria desconhecida, resultando, também, na abertura do espaço para crimes e violências virtuais. Enquanto a produção de conteúdo na *internet* é relativamente livre², o acesso a essas informações ainda depende de outros fatores, tanto subjetivos, como o interesse pessoal, quanto objetivos, como a capacidade de divulgação. Assim sendo, a *internet* ainda ocupa um lugar intermediário entre a mídia tradicional, vinculada a um corpo editorial com interesses próprios, e a livre comunicação em massa, justamente por requerer legitimação de conteúdo, dado o aspecto totalmente aberto produzido pelo virtual. Tal legitimação da informação pode ocorrer por associação da informação a alguma base previamente conhecida ou, ainda, pela soma de vozes e narrativas que se juntam sobre um mesmo tema, complementando-o, afirmando-o ou negando-o.

O uso feito pelo MPL da *internet* pode ser resumido em três principais aspectos: um *site* próprio, onde suas principais informações são divulgadas; o apoio oferecido por outros *sites* ou pessoas que se identificam com ou apoiam sua causa – ou, ao menos, o seu direito a expressá-la – e o uso de redes sociais para a ampla divulgação de seus eventos. Enquanto a divulgação de conteúdo dependia também de seu público, a legitimidade deste conteúdo ocorria junto a um embate com as mídias tradicionais. Tal embate também é decisivo para que a violência das manifestações seja compreendida.

Como apresenta Romão (2013), há no Brasil 10 conglomerados de comunicação que controlam, direta ou indiretamente, 1300 veículos e 81% das redes geradoras de televisão. O Estado de São Paulo sedia 29 dos 40 grupos de rádio e televisão com atuação nacional. Setenta por cento da distribuição do Sistema Central de Mídia é paulista e, acrescentando os grupos existentes no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, obtém-se 80% de concentração na região sudeste. O autor também apresenta que esta concentração não é um fenômeno apenas brasileiro, mas mundial: sete corporações dominam o cenário do entretenimento e notícias.

Nestas condições, não é contraditório que Todorov (2012) coloque a liberdade midiática como um dos inimigos internos da democracia. Lembrando-nos que a liberdade de expressão é apenas um dos valores democráticos, e não o único ou sustentáculo dos demais, o autor conclui que a exigência de liberdade só faz sentido em um contexto, e contextos são variáveis. Por exemplo, concordamos legalmente que não deve haver liberdade de expressão para manifestos racistas ou nazistas. Ciente do poder de formar opiniões e manipulá-las de acordo com interesses particulares centralizado nas mãos de conglomerados, o autor aponta que a liberdade exigida deve ser proporcional à possibilidade de dizer: “a liberdade de expressão deve sofrer tanto menos exceções quanto mais fraco for o poder de que se dispõe, pois constitui um contrapoder; deve ser examinada tanto mais atentamente quanto maior for a posição de força já ocupada pelos que a invocam” (p. 148), para que não acarrete um abuso de poder.

Desde o início dos protestos de 2013, os manifestantes foram associados à imagem de baderneiros e vândalos (JUDENSNAIDER et. al., 2013). Ao mesmo tempo, a violência contra as manifestações ganhou ampla repercussão, especialmente quando foram divulgados na *internet* inúmeros relatos, fotografias e vídeos de jornalistas que foram feridos enquanto trabalhavam. Neste momento, a manifestação ganhou um novo apelido, a “Revolta do Vinagre”, quando foi divulgado o vídeo de um jornalista sendo detido por estar portando o líquido, usado para cortar o efeito do gás lacrimogêneo, em sua mochila. A relação entre a violência policial e o aumento do apoio e adesão da população à manifestação foi visível – inclusive com cartazes e lençóis pendurados nas janelas residenciais, gesto das pessoas que temiam participar do movimento, mas queriam demonstrar o seu apoio.

Contudo, o dia mais violento das manifestações, a quinta-feira 13 de Junho, teve outro fator decisivo para a ação policial. Na madrugada deste dia, o jornal O Estado de S. Paulo publicava o seu editorial “Chegou a hora do basta”, enquanto A Folha de S.

Paulo publicava “Retomar a Paulista”. Em ambos (O ESTADO DE S. PAULO, 2013; FOLHA DE S. PAULO, 2013), havia o pedido de uma ação mais enérgica por parte da polícia militar. Mais tarde, naquele mesmo dia, São Paulo teria o seu conflito mais violento entre manifestantes e policiais, e os paulistanos teriam que digerir as imagens de tiros de balas de borracha disparados à queima-roupa. Ainda que não se possa atribuir a causa da violência policial aos jornais, uma vez que estes não detêm o poder de comando direto sobre instituições públicas, é notável que eles legitimavam a violência que já ascendia. A partir deste momento, jornalistas de grandes conglomerados de comunicação passaram a ser hostilizados nas manifestações.

A influência da mídia tradicional nas manifestações fazia emergir um de seus aspectos mais problemáticos – o abuso policial – não de uma maneira crítica ou denunciativa, mas, ao contrário, como legitimação da violência e requisição da mesma. Neste ponto, encontramos novamente em Caldeira (2000) um conteúdo necessário para nossa argumentação: as manifestações de Junho de 2013 foram mais um exemplo da falência institucional da polícia como uma garantia de segurança pública. Esta falência não pode ser compreendida isoladamente, mas sim dentro de um histórico que, considerando pelo menos o seu desenvolvimento desde a década de 1980, nos apresenta uma polícia incapaz de acompanhar o processo de redemocratização do país e que tem a violência como uma de suas normas institucionais.

A polícia militar foi criada em 1969, quando todas as polícias estatais uniformizadas antes existentes foram subordinadas ao Exército. Após o fim do regime militar, manteve-se a divisão entre polícia civil, com responsabilidades administrativas e jurídicas, e polícia militar, encarregada do policiamento uniformizado nas ruas; mas estas passaram a ser subordinadas às Secretarias de Segurança Pública dos Estados. Se, durante a ditadura, a extrema violência policial foi legalizada, principalmente pelo Ato Institucional Número 5 de 1968, na Constituição de 1988, ao contrário, os direitos humanos foram valorizados. Contudo, o histórico de abuso manteve-se e, para a autora, há duas justificativas interligadas.

Primeiro, a formulação de estratégias policiais menos violentas e o treinamento dos policiais para este fim é algo que demanda um longo período de tempo, necessitando ser um exercício contínuo. A autora destaca a tentativa da gestão de André Franco Montoro (1983-1987 / PMDB) neste sentido, que, no entanto, foi neutralizada com o endurecimento da polícia nas gestões de Orestes Quécia (1987-1991 / PMDB) e

Luiz Antônio Fleury Filho (1991-1994 / PMDB) no Governo do Estado de São Paulo. Considerando as gestões dos dois últimos governadores citados, a autora apresenta, através de depoimentos e entrevistas, que o recrudescimento da polícia e sua ação de extermínio eram publicamente assumidos, obtendo considerável apoio da população, com os discursos sobre “apenas os bandidos temem” e “bandido bom é bandido morto”. Este segundo motivo, o apoio popular à violência institucional, decorria tanto da descrença da população no sistema judiciário como solução para os problemas de segurança como da compreensão da justiça como forma de vingança. Caldeira (2000) apresenta diversos dados e narrativas que revelam a descrença da população na polícia como uma instituição confiável para a solução dos próprios problemas, mas que, no entanto, é amplamente aceita como ferramenta de vingança social.

Em 1992, um ano após a administração do sistema penitenciário ser transferida da Secretaria de Justiça para a Segurança Pública, tal cenário culminou no Massacre do Carandiru³. No sistema carcerário, facções criminosas começaram a se desenvolver também para criar regras de convivência e, assim, evitar novos massacres, uma vez que a Segurança Pública falhava em tal administração.

Na década de 2000, a crise de segurança pública no Estado de São Paulo de maior repercussão ocorreu em 2006. Em Maio daquele ano, a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) executou uma série de crimes violentos na capital e em cidades do interior, além de rebeliões em presídios de todo o Estado. Em relatório organizado pela ONG Justiça Global junto com a International Human Rights Clinic (JUSTIÇA GLOBAL, 2011), fica evidente a violência exacerbada nas ações externas e rebeliões da facção, mas também a extorsão policial contra familiares dos presidiários que precederam aos eventos, além do extermínio e execuções arbitrárias de civis, por parte da polícia, que ocorreram como resposta nas regiões periféricas da capital. Quando tais eventos se iniciaram, o prefeito em exercício, Gilberto Kassab (2006-2008 / DEM), e o governador em exercício, Cláudio Lembo (2006-2008 / DEM), encontravam-se na função há 42 dias, pois eram vices, respectivamente, de José Serra (2005-2006 / PSDB) e Geraldo Alckmin (2003-2006 / PSDB), que haviam renunciado a seus cargos para disputar as eleições daquele ano.

Em 2009 foi criada, através de um convênio entre a Prefeitura e o Governo do Estado, a “Operação Delegada”. Em tal operação, policiais militares, nos dias de suas folga, receberiam um bônus salarial para fiscalizar o comércio ambulante irregular nas cercanias da Rua 25 de Março, principal região deste tipo de comércio em São Paulo. A

operação se apropriava do fato comum de policiais aproveitarem seus momentos de folga para fazer outros trabalhos não oficiais, como segurança particular, e criava um “bico”⁴ oficial, oferecendo uma opção de trabalho com remuneração extra nos momentos que os policiais deveriam aproveitar para o descanso e o lazer, essenciais para a saúde física e mental. No discurso oficial, esta maior atenção ao comércio irregular se dava para o combate à pirataria; entretanto, logo em seu primeiro ano de funcionamento, a Operação Delegada também perseguiu e dificultou o trabalho de artistas de rua em São Paulo. Em trabalhos anteriores (MARIN, 2011; MARIN et al., 2011) apresentamos como a Operação estava em sintonia com associações empresariais que propunham diretrizes provenientes de seus próprios interesses para a gestão do espaço público⁵, filtrando o público que poderia frequentar o mesmo.

No início da década de 2010, ações mal sucedidas de reintegração de posse pela polícia militar ganharam destaque. Na madrugada do dia 8 de Novembro de 2011, um contingente de cerca de 400 policiais da tropa de choque e da polícia montada foi utilizado para reintegração de posse do prédio da reitoria da Universidade de São Paulo, ocupado por menos de uma centena de alunos que protestavam contra o então reitor João Grandino Rodas⁶.

Meses depois, na madrugada entre os dias 22 e 23 de Janeiro de 2012, acontecia a desocupação de Pinheirinho, em São José dos Campos. Pinheirinho havia se transformado em um bairro de moradias autoconstruídas e irregulares, existente há oito anos, onde 1500 famílias, com um total estimado entre 7 e 9 mil pessoas, moravam em um terreno pertencente a Naji Nahas, empresário que o utilizaria para sanar suas dívidas com a massa falida da indústria Seleta S.A. (ANDRADE, 2013). Desta vez, um contingente com mais de 1.500 policiais da Tropa de Choque foi utilizado para a reintegração, em uma ação com uso intenso de armas não letais, como balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo, pois houve tentativa de resistência por parte de alguns moradores. Naquele dia, os paulistanos acordaram com tais imagens já presentes em canais televisivos, e os gases e tiros eram vistos sobrepostos à imagem de mulheres, idosos e crianças deixando o terreno, tentando levar consigo o possível de seus poucos pertences. Ainda assim, Andrade (2013), também retomando a construção do discurso sobre a violência apresentada por Caldeira (2000), apresenta que em poucos dias o terreno foi diretamente associado à inventada criminalidade e vagabundagem de seus moradores.

Estes eventos, juntamente com o aumento nos índices de violência na cidade, nos primeiros anos da década de 2010, levaram ao acordo entre o governador Alckmin (2011 - / PSDB) e o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo para ações conjuntas contra o crime organizado, no fim de 2012, e à demissão de Antônio Ferreira Pinto, então Secretário de Segurança. Ainda assim, em 26 de Março de 2013, os eventos ocorridos em São José dos Campos se repetiram no Jardim Iguatemi, Zona Leste de São Paulo, ficando conhecido como Pinheirinho 2. Novamente chama a atenção o uso da força policial para a especulação imobiliária, contextualizada em recentes projetos de higiene social do espaço urbano, e explicita-se o recrudescimento da violência policial no Estado. Desta vez, a reintegração de posse não se concretizou, apesar da ação da tropa de choque no dia 26 de março, pois foi suspensa pelo prefeito Fernando Haddad (2013 - / PT).

Este breve histórico, sintetizado acima, nos chama a atenção pela necessidade que a sociedade civil tem de se organizar para superar a violência sofrida a partir de ações da Polícia Militar sob o comando do Governo estadual, em diferentes gestões, desde a década de 1980. ONGs e associações se formaram para que a história das vítimas de tais ações não fosse ignorada – dentre elas, a “Rede 2 de Outubro”, relacionada ao massacre do Carandiru, e o “Movimento Mães de Maio”, de quem perdeu seus familiares nos altos índices de assassinatos de jovens da periferia no ano de 2006. Manifestações contra ações policiais também são recorrentes e aconteceram em defesa dos artistas de rua diante da Operação Delegada, assim como a favor das famílias de Pinheirinho e Pinheirinho 2, além das manifestações universitárias relacionadas à USP. Entretanto, foi esta polícia, com este histórico padronizado de ação, a convocada e legitimada pelos editoriais dos dois principais jornais em circulação na cidade em Junho de 2013.

O procedimento correto que deve ser adotado pela polícia em qualquer manifestação é o de ajudar no isolamento da área para que não haja risco à integridade física dos manifestantes. Este procedimento foi observado em manifestações anteriores naquele mesmo ano, como por exemplo naquelas contra o pastor Marco Feliciano e a Marcha das Vadias. Contudo, a repressão ao MPL ocorreu desde o primeiro ato, e com violência semelhante à que se observou nas recentes ações de reintegração de posse e nas manifestações estudantis contra a presença da Polícia Militar no campus da Universidade de São Paulo. Analisando o histórico dos primeiros anos da década de 2010, observa-se que as manifestações que se relacionam com políticas ou eventos

distantes do cotidiano da gestão pública do Estado de São Paulo tendem a ser mais pacíficas do que aquelas que criticam diretamente ações governamentais internas. As manifestações de Junho de 2013 escancaravam este fato: não havia posse a ser reintegrada.

Duas foram as justificativas principais para a repressão. A primeira diz sobre uma resposta necessária ao vandalismo, tema ao qual ainda retornaremos. A segunda tentou ressaltar que na região central de São Paulo, especialmente na Avenida Paulista, há inúmeros hospitais e outros serviços essenciais à população que seriam prejudicados pelo movimento. Esta justificativa é refutável por três motivos: primeiro, tanto a Avenida Paulista quanto o centro da cidade são palco de inúmeras manifestações, e nem todas geram o confronto entre policiais e manifestantes; segundo, ainda que o bloqueio de veículos particulares e coletivos faça parte da manifestação, em nenhuma delas foi observado o bloqueio de ambulâncias; terceiro, o recorde de congestionamento no ano de 2013 ocorreu em dia que não havia manifestação na cidade. A violência assistida no centro da cidade reverberava pela população e invadiu as conversas cotidianas – inicialmente com menor destaque para a questão do vandalismo. A mídia internacional ressaltava o fato de que a polícia perdia o controle das manifestações que aconteciam em São Paulo (JUDESNEIDER et al., 2013).

Ainda que a violência policial faça parte do cotidiano das periferias de São Paulo, a reverberação dos atos iniciais não decorria exclusivamente de sua localização espacial. Sendo um dos centros financeiros da cidade, a Avenida Paulista possui inúmeras instituições bancárias, comércios e prestação de serviço nos quais trabalham integrantes das classes média e alta da cidade. O gás lacrimogêneo, o barulho de bombas, o risco de tiros e o medo, presentes desde o primeiro ato, invadiram o cotidiano de pessoas que não estavam acostumadas com essa realidade até então. No dia do combate mais intenso, 13 de Junho de 2013, a violência também foi executada contra jornalistas de grandes redes televisivas e da mídia impressa, causando, inclusive, a cegueira de um repórter fotográfico. Nas redes sociais, a mídia independente – que até então possuía um nicho específico como público – ganhou ampla divulgação e reprodução de suas fotos e vídeos, que mostravam e denunciavam, inclusive, policiais flagrados simulando atos de vandalismo.

Neste momento, a mídia tradicional do país não encarava apenas uma contraposição internacional, mas também o ataque arbitrário contra seus próprios

profissionais. Sem poder legitimar as ações violentas que mostravam, os seus discursos também se transformaram: jornais impressos e televisivos começaram a se manifestar contra a repressão policial, inclusive a Folha e o Estadão (JUDENSNAIDER et al., 2013). Ao mesmo tempo, o discurso sobre a necessidade de manifestações pacíficas tornava-se cada vez mais histriônico, e o vandalismo se personificava como o vilão das manifestações. Ao declarar apoio às manifestações que fossem pacíficas, e vendo que elas exibiam um potencial para outras insatisfações além da tarifa do transporte público, como a insatisfação com as operações policiais, a mídia também começou a embutir nas mesmas outras pautas, fazendo com que os protestos se tornassem contra tudo. Conquanto o grande aumento no número dos participantes deva ser compreendido tanto pela ação policial quanto pela ação midiática, o gigante recém-desperto contra um país que parecia estar todo errado era uma criação exclusiva da segunda.

De nossa experiência em campo, as ações de destruição de alguns manifestantes são a parte de mais difícil compreensão – não apenas ideológica, mas também prática. É necessário lembrar que as manifestações sempre acontecem em movimento, em um trajeto, cujo ritmo deveria obedecer exclusivamente à marcha de seus integrantes. Quando, em confronto, centenas ou milhares de pessoas encaram a necessidade de se proteger de gases e tiros, o *ritmo* é o primeiro a se tornar desordenado: correria, tentativas de proteção em outras áreas e tentativas de barrar o avanço das tropas policiais ficam sem a possibilidade de controle, ainda que mínimo. Observamos isto desde o primeiro ato, quando o conteúdo das lixeiras da Avenida Paulista era espalhado e incendiado na rua para conter as tropas. Nos atos iniciais nos quais estivemos presentes, não pudemos ver ações de vandalismo que antecedessem à violência policial. Outro ponto que destacamos é que, uma vez sob ataque, os grupos de pessoas deixavam de estar em uma *manifestação* e passavam a estar em um *combate* no qual eram o polo de menor força. Respeitamos, aqui, que a destruição do patrimônio, público ou privado, é um crime e, portanto, punível com medidas previstas em leis, mas que, quando sob ataque, é também uma manifestação de poder e agressividade – respostas de intimidação.

Exposta e criticada por todos os meios de comunicação, inclusive os mais tradicionais, as ações policiais necessitavam ser revistas. Isto ocorreu notadamente no ato do dia 18 de Junho, último antes da revogação da tarifa, todavia com uma media surpreendente: o Governador Alckmin retirou *completamente* a polícia militar das ruas, deixando o controle da manifestação exclusivamente a cargo da Guarda Civil

Metropolitana, o que também contraria a norma de preservar a segurança dos manifestantes. Com um contingente mínimo na rua diante da manifestação que ocorria, o controle da situação ficou como responsabilidade dos próprios manifestantes: diante da Prefeitura Municipal, não raro, quando alguém era visto pichando os arredores da região, barulhos de explosões eram ouvidos sem que nenhum policial estivesse agindo. Também neste cenário, alguns poucos presentes na manifestação em frente à Prefeitura atacaram-na com o intuito de destruição, enquanto lojas do centro da cidade eram saqueadas. O perfil dos participantes já havia se transformado, e os protestos já se encontravam inflados e com pautas difusas: não apenas a polícia perdia o controle de sua ação, mas o próprio Movimento do Passe Livre perdia o controle e os objetivos das manifestações. Neste dia, o vandalismo mostrou-se como um arbitrário midiático: fenômenos distintos e complexos eram agrupados em um único corpo de discurso e depredações, saques a lojas e resistências em combate eram compreendidos como sendo a mesma coisa. Ainda assim, mesmo em enquetes realizadas por programas televisivos, o “vandalismo” das manifestações recebia apoio popular⁷.

O histórico anteriormente apresentado nos revela que a violência policial ocorrida nas manifestações, assim como as balas de borracha e gases lacrimogêneos com a data de validade vencida que foram encontrados nos destroços da mesma, não devem ser compreendidos como responsabilidade exclusiva dos policiais que se encontravam nas ruas. É necessário considerar o desenvolvimento histórico e político para que se possa corrigir este cenário.

4. Além dos vinte centavos: a questão da alteridade

Ainda que, nos itens anteriores, tenhamos feito uma contextualização do surgimento e do desenvolvimento das manifestações de Junho de 2013 em São Paulo, defendemos que as mesmas, apesar dos múltiplos fatores envolvidos, não devam ser compreendidas exclusivamente em decorrência de fatores econômicos e tampouco da ação midiática e policial sobre as mesmas. As manifestações surgiram na *internet* e nas redes sociais e, no entanto, os seus convites e discursos eram para que as ruas fossem tomadas. É sabido que o incômodo social causa visibilidade, sendo esta uma lógica pertinente a manifestações e greves em geral. Entretanto, no caso de Junho de 2013, as ruas não serviam apenas de palco para tornar algo visível: elas eram metalinguagem, o

próprio tema orgânico à manifestação. E cabe a esta metalinguagem a explicação do que havia além de vinte centavos.

Vem de Lefebvre (2001) a comparação entre cidade e linguagem. Aprendemos a linguagem através de nossa socialização com o mundo, e assim somos inseridos em suas regras e ordens para que, uma vez amadurecida, possamos usá-la quando necessário, e poetizá-la quando desejarmos. Como a linguagem, a cidade compartilha o seu caráter de herança, uma vez que os indivíduos e os grupos a recebem com certas características bem estruturadas antes de poder modificá-la, compartilhando em um uso comum tais características; contudo, sendo passível de transformações e interferências por parte de seus habitantes, a cidade possui a propriedade de ser um livro nunca finalizado. A totalidade da escrita da cidade não é apreensível de imediato, pois alguns de seus níveis não transparecem. A cidade, então,

se situa num meio termo, a meio caminho entre aquilo que se chama de ordem próxima (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a ordem distante, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma “cultura” e por conjuntos significantes. A ordem distante se institui neste nível “superior”, isto é, neste nível dotado de poderes. Ela se impõe. Abstrata, formal, supra-sensível e transcendente na aparência, não é concebida fora das ideologias (religiosas, políticas). Comporta princípios morais e jurídicos. Esta ordem distante se projeta na realidade prático-sensível. Torna-se visível ao se inscrever nela. Na ordem próxima, e através dessa ordem, ela persuade, o que completa o seu poder coator. (LEFEBVRE, 2001: 52).

É na submissão da ordem próxima à ordem distante que nasce o travamento do texto-cidade. A possibilidade de construção e reinvenção do cotidiano (CERTEAU, 1996 e 1997) tem início em pequenos atos corriqueiros, alterações de caminhos e formas de sociabilidade, e é fundamentado e propagado pelas narrativas. A partir deste movimento inicial, a cidade, para ter seu sentido pleno, precisa também ser palco para debates e ações coletivas em maior escala, onde o falar e o agir não são partilhados apenas com vizinhos, mas com desconhecidos, em um convite ao diálogo ou à reflexão conjunta. Contudo, é neste momento que o desenvolvimento coletivo urbano colide com a ordem distante e tem suas possibilidades tolhidas; assim como também é neste momento que fenômenos sociais historicamente construídos, como a segregação social, a especulação e a espoliação urbana são naturalizados pelo discurso hegemônico.

A manutenção desta hierarquia de poderes pode ser compreendida com o declínio da vida pública e a ascensão da vida social como apresentado por Arendt (2010). A autora retoma a condição existencial nas cidades-Estado do período clássico

grego para compreender a distinção entre a vida na *polis* e a vida familiar. Neste contexto, cabia ao lar aquilo que da existência humana não fosse digno de se tornar público: o próprio *labor* físico, ou seja, as atividades das quais depende o homem para manter-se vivo, como a divisão hierárquica entre familiares e este com seus escravos – que retirava a igualdade dentre os homens e, portanto, as suas liberdades. Assim, o privado significava não algo particular, mas uma privação: um limite imposto ao que pode ser público.

Exclusivamente ao domínio público pertencia a liberdade agir entre os outros. O público, em suma, significaria “o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele” (ARENDDT, 2010: 64) e, portanto, “se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos, mas tem de transcender a duração da vida de homens mortais” (ARENDDT, 2010: 67). O mundo público, inquestionavelmente político, deveria ser projetado não para a manutenção das satisfações imediatas, mas também para as possibilidades futuras. O sentido de política em Arendt deve ser compreendido como liberdade das ações do homem em coletividade: o homem é livre enquanto age, não antes ou depois. Seu conceito de liberdade remete à filosofia grega, anterior ao pensamento cristão e, portanto, significa a possibilidade de trazer ao mundo algo que ainda não existe, sendo diferente do livre-arbítrio diante de uma escolha. A política não seria, portanto, um sistema de hierarquias de poder, tampouco uma gestão administrativa da sociedade.

Ainda que, historicamente, a transformação da coletividade tenha se iniciado no período feudal, quando, com a ascensão do cristianismo, “o caráter apolítico, não-público, da comunidade cristã foi bem cedo definido na exigência de que deveria formar um *corpus*, um “corpo”, cujos membros teriam de relacionar-se entre si como irmãos” (ARENDDT, 2010: 65), a política tal qual conhecemos hoje é um fenômeno moderno, relacionada diretamente ao detrimento do público ante o social. Esta transformação da coletividade em sociedade não decorre do grande aumento da população mundial, mas é definitivamente observada a partir do desenvolvimento das ciências estatísticas e comportamentais e do capitalismo industrial.

Transformada em número, a sociedade passou a ser compreendida a partir de determinados comportamentos naturalizados como normais ou corretos (da maioria) e que, através de regras, busca-se homogeneizar. A ação espontânea cedeu ante o discurso

fictício da igualdade moderna, a qual implica um conformismo às regras sociais, e a política transformou-se no governo da maioria: “O comportamento uniforme que se presta à determinação estatística e, portanto, à predição cientificamente correta dificilmente pode ser explicado pela hipótese liberal de uma natural “harmonia de interesses”, que é a base da economia “clássica”” (ARENDDT, 2010: 53).

Agora, o privado é ressignificado como o oposto da esfera social, ou seja, o abrigo da esfera íntima, um refúgio. O discurso da harmonia de interesses não se sustenta quando analisado a partir dos inúmeros conflitos sociais, assim como tampouco as estatísticas comportamentais são capazes de garantir a homogeneidade da existência humana. Assim, como apontado nas análises de Benjamin (1989) sobre a modernidade, a abstração do homem pelo social fez com que a coletividade passasse a ser compreendida pelo signo da multidão: o outro é, agora, um desconhecido. A relação com este desconhecido, ainda segundo este autor, se dá no intervalo entre dois extremos: ou se teme o olhar ao outro e, assim, o homem se fecha no círculo de seus próprios resquícios e limites; ou, ao contrário, entrega-se à multidão como quem nela se sente em casa⁸.

Por caminhos semelhantes seguem as reflexões de Appadurai (2009), com uma complementação: a multidão de desconhecidos governada pela suposição de interesses iguais da maioria não homogeneiza completamente a massa social, mas, ao contrário, cria a cisão artificial entre maioria e minoria. A abstração social, para este autor, ganha um agravante na contemporaneidade: a economia. Não apenas o liberalismo propaga a ilusão de diversos indivíduos de iguais oportunidades, como, acima de tudo, o capital financeiro passa a ter papel decisivo nas administrações nacionais: “ele é mais rápido, mais multiplicador, mais abstrato e invade mais as economias nacionais do que jamais antes em sua história. E, por causa de suas ligações enfraquecidas com a manufatura e outras formas de riqueza produtiva, é como um cavalo sem cavaleiro aparente” (APPADURAI, 2009: 36). A administração das massas pelo interesse financeiro perde a possibilidade de compreensão por grande parte dos cidadãos, especialmente os mais distantes do acesso à educação política, social e econômica. Entretanto, as ações feitas em seu prol são sentidas e vividas cotidianamente pela população, como vimos nos itens anteriores sobre o contexto das manifestações.

O pequeno número que existe derivado de minorias culturais ou econômicas, que Appadurai denomina “minorias substantivas”, por serem permanentes, só é possível existir onde estatísticas e censos dominam o ideal de governo da maioria, sendo este o

ideal de uma nação unitária ou “pura”. No cenário urbano, encontramos em Caldeira (2000) as consequências diretas da exclusão de classes miseráveis e periféricas quando estas são lidas como uma minoria: constantemente associada ao discurso sobre violência como criminosos, dado seu aspecto imputado de distanciamento, a minoria atrai para si o ódio e a tentativa de segregação do urbano.

Em São Paulo, se até meados da década de 1990, o distanciamento era garantido pela periferização da pobreza; atualmente, conta-se com o desenvolvimento da segurança como produto. Criam-se bolhas residenciais de alto luxo capazes de, através de ambientes artificiais e diversas maneiras para limitar o acesso de pessoas indesejadas, ignorar todo e qualquer contexto que as circunscreva. Ainda assim, quando a pobreza invade tais bolhas, o fenômeno causado não é apenas uma presença espacial, mas, além disso, uma quebra de silêncio de invisibilidade administrados em função da exclusão. Em São Paulo, nos primeiros anos da década de 2010, é nítido que ainda se recorre às autoridades públicas e à própria especulação imobiliária para que a limpeza social seja realizada: os exemplos mais recentes são a Nova Luz e o bairro Higienópolis⁹.

Contudo, o pequeno número impõe maior dificuldade de domínio quando não pode ser agrupado em uma identidade social ou cultural: trata-se das “minorias de procedimento”, situacionais – como nas manifestações. Conforme apresenta Appadurai (2009), a ideia de massa é diretamente relacionada aos grandes números cuja principal característica é a ilusão de que se perde, automaticamente, a racionalidade do indivíduo. Assim, é fácil acusá-la de intenções fascistas e totalitaristas, especialmente quando lhe atribuem a imagem de uma coletividade comandada por forças externas e incompreensíveis. Os pequenos números levantam o fantasma da conspiração, da célula, do traidor e dissidente, interessado apenas em “interesses especiais” que se opõem aos interesses gerais.

A manipulação dos números no caso das manifestações de São Paulo foi facilmente observada. Em campo, muitas vezes se ouviam reclamações sobre os números oficiais que institutos divulgavam relacionados à quantidade de participantes reunidos dia a dia. Ainda que tais institutos não divulgassem com a mesma intensidade as bases metodológicas de suas medições e os dados resultantes, não é necessário recorrer aos seus números brutos para dizer sobre a manipulação: os números simbólicos diziam tanto quanto, ou ainda mais. Ora a manifestação era tratada como

uma minoria fascista, ora como uma massa enorme, uma turba enlouquecida – e esta manipulação não foi exclusiva de nenhum instituto, canal televisivo ou corpo editorial.

Porém, apesar destes desdobramentos que as manifestações foram obrigadas a encarar ao longo de seu desenvolvimento naquele ano, defendemos que o seu principal sentido “velado”, além daqueles vinte centavos, não dizia sobre um gigante adormecido, tampouco sobre problemas econômicos que lhe serviam como contextos imediatos, mas sim se relacionava diretamente à luta pelo direito de vivenciar a alteridade no cotidiano urbano. Em suma, um direito à não homogeneização e abstração social presentes em nosso cotidiano. Retomando o coletivo no espaço urbano, a experiência do Outro está minguante diante das segregações sociais, que não dizem respeito apenas às diferenças e exclusões entre classes econômicas, mas também são observadas em fenômenos que, inicialmente, parecem distintos do fenômeno anterior, como as construções simbólicas de bairros e guetos.

Nos guetos, a identidade comum de uma minoria substantiva é construída por forças que extrapolam a espacialidade: o compartilhar de gostos, estilos, faixas etárias, sexualidades, em suma, interesses próprios que buscam um encontro grupal para serem compartilhados. A questão que se põe é que tal característica grupal é limitada em seu sentido coletivo: não se trata de uma multiplicidade, mantém-se um recorte fixo. No bairro, a questão espacial é aparentemente determinante, mas, considerando-se a possibilidade de escolha e mobilidade de certa fatia da população, ou ainda o poder político de mobilizar uma higiene social no mesmo, observa-se o mesmo poder de seleção não apenas de vizinhos, mas do Outro com quem se deseja estabelecer relação. Tais experiências de alteridade são artificiais. Retomando Augé (1996), o Outro não tem como propriedade a confirmação pura do si-mesmo; ao contrário, o sentido do Outro afirma a existência do ser ao traçar os seus próprios limites. Tais limites de si, e mesmo sua afirmação, não podem ser obtidos se este Outro for passível de uma escolha prévia.

Alguns jornalistas e analistas políticos insistiram na tentativa de minimizar o MPL e suas manifestações, repetindo exaustivamente que eram estudantes de classe média para quem o reajuste de vinte centavos não faria diferença significativa. Tais conclusões, aplicadas a qualquer manifestação, ignoram que uma minoria de procedimento se une em torno de uma causa, e que esta união revela uma compreensão da alteridade sem, no entanto, necessitar de uma identidade fixa. Ou seja, se homens se juntam a manifestações feministas; heterossexuais às causas LGBT, e assim por diante, o que se explicita é o exercício da alteridade: reconhecer do outro as suas necessidades e

direitos negados, e juntar-se a ele sem necessitar sê-lo. Isso explica o caráter apartidário no início das manifestações: a mobilidade urbana é um assunto de interesse coletivo; os custos da mobilidade urbana afetam diretamente parte da população, além do que, políticas de mobilidade atravessam governos do âmbito municipal, estadual e federal, e não estão diretamente ligadas a nenhum partido político. Por isso mesmo, também não se negou, inicialmente, o apoio de nenhum deles. Esta recusa só veio a acontecer quando a liberdade de manifestação no espaço público tornou-se, paradoxalmente, contra a política, revelando, assim, que os manifestantes dos últimos atos de fato não se davam conta do exercício que realizavam, ou seja, de suas ações puramente políticas na vida pública.

Foi assim que o grito inicial “Não é só por 20 centavos”, o qual posteriormente foi complementado com “é por direitos”, antes que forças externas lhes acrescentassem mais alguma coisa alheia aos interesses iniciais, dizia estritamente sobre questões sociais e urbanas. Mas, menos explícita, estava a busca pela mistura urbana: como apresentado anteriormente, várias são as forças que limitam a possibilidade de acesso e permanência de subgrupos em determinados espaços da cidade e, portanto, lutar contra uma dessas forças – um aumento pequeno na passagem – é, enfim, lutar pelo direito à alteridade urbana: o direito à mistura e compartilhamento do espaço por diferentes.

5. Considerações finais

Não devemos desconsiderar que a divisão temporal entre antes e depois de um determinado evento é um “recurso retórico que dá dramaticidade à narrativa (...), e acaba reduzindo o mundo à oposição entre o bem e o mal” (CALDEIRA, 2000: 33). Assim, para nossas considerações finais, optamos pela apresentação resumida dos desdobramentos das manifestações ainda em 2013, especialmente porque parte de suas reivindicações, contextos e motivos implícitos não se constitui como fenômenos objetivos solucionáveis em curto prazo.

O aumento das passagens foi revogado pelo prefeito Fernando Haddad e o governador Geraldo Alckmin em 19 de Junho de 2013. O governador anunciou, poucos dias depois, que o preço dos pedágios nas estradas estaduais não sofreria ajustes em 2013. No dia 24 de Junho, Dilma Rousseff fez o pronunciamento oficial sobre a possibilidade de realização de um plebiscito para reforma política, inserindo na questão

o Poder Legislativo, que viria a minar, ainda naquele ano, a possibilidade da consulta popular.

As grandes manifestações em São Paulo encerraram-se em seguida, mas, ao longo do ano, o número de pequenas manifestações com outras e diversas pautas aumentou. Como apresentamos antes, manifestações não são novidades para a cidade, então não percebemos isto como um legado das Jornadas. Semelhantemente ao caso Feliciano, outro tema ligado aos direitos humanos foi compreendido como uma questão nacional, e não apenas local, e repercutiu também por aqui: o assassinato do pedreiro Amarildo pela Polícia Pacificadora da Rocinha, no Rio de Janeiro¹⁰. Neste caso específico, vemos reverberar o descontentamento com as ações policiais violentas e arbitrárias, assim como o desconforto com a segregação social da pobreza.

Se houve algo de destaque nas manifestações de Junho, e não exatamente uma novidade, foi a intensa reivindicação pelo direito à cidade, não apenas como tema, mas também como formas de agir. Durante os protestos, grandes avenidas e pontes foram usadas para a locomoção pedestre; nomes de avenidas e de outros lugares, como pontes e praças, foram substituídos; estúdios de gravação de telejornais foram invadidos por luzes da manifestação. O que se percebe, aqui, é a redescoberta da cidade como um espaço a ser questionado e reconstruído: ao modificar o nome da Ponte Octavio Frias de Oliveira para Ponte Jornalista Vladimir Herzog, não se espera que a mudança seja oficializada; contudo, as transformações simbólicas alimentam o desejo do fazer poético porque ele é, enfim, o primeiro passo de cada reinvenção do cotidiano.

Outro ponto relevante é notar que a força policial utilizada para exterminar o movimento foi confrontada até em seus momentos mais abusivos, e conseguiu o efeito contrário: aumentou o número de manifestantes. Assim, houve o questionamento sobre existir um único “brasileiro”, e que sua fama de pacífico ou letárgico é um estereótipo datado. Apesar da transformação criada nos movimentos pela mídia, o grito dizendo que “o gigante acordou!” veio, de fato, das ruas. Fruto, talvez, de uma inocência política ou de uma brincadeira tola e sem imaginação – baseada em propagandas de bebida¹¹. De qualquer forma, por parte da mídia, não foi divulgado um consenso sobre ser pertinente acordá-lo: se o confronto a questionar a ordem distante se tornasse demasiadamente popular, o número de editoriais necessários para assumir erros passados e presentes tornar-se-ia constrangedor.

Até a data de aceite deste artigo, em Dezembro de 2014, as tarifas de transporte urbano não sofreram novo reajuste.

Referências

- ANDRADE, Inácio Dias de. "A gente já nasce lutando": a desocupação do Pinheirinho, a política entre o formal e o informal. *Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 56, n. 1, p. 45-79, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/64460>>. Acesso em: 02 Dez. 2014.
- APPADURAI, Arjun. *O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva*. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2009.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- AUGÉ, Marc. *O sentido dos outros: atualidade da antropologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº 3880. Brasília, 22 de Jun de 2010. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res_3880_v1_O.pdf>. Acessado em 18 de Nov de 2013.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Obras Escolhidas, Volume I).
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: 34; Edusp, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- _____. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- FOLHA DE S. PAULO. Editorial: Retomar a Paulista. Folha de S. Paulo, ano 93, n. 30752, 13 de Jun de 2013.
- IBGE. Em 2012, PIB cresce 0,9% e totaliza R\$4,403 trilhões. 01 de Mar de 2013. Disponível em <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2329>>. Acessado em: 18 de Nov de 2013.
- JUDENSNAIDER, Elena. et alii. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.
- JUSTIÇA GLOBAL. São Paulo sob ataque: corrupção, crime organizado e violência institucional em Maio de 2006. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://global.org.br/programas/sao-paulo-sob-ataque-corrupcao-crime-organizado-e-violencia-institucional-em-maio-de-2006/>>. Acessado em: 19 de Nov de 2013.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARICATO, Ermínia et alii. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.
- MARIN, Tiago Rodrigo. *A cidade na Avenida: a poética urbana da Avenida Paulista pelo olhar dos artistas que nela trabalham*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo/USP. São Paulo: 2011.

MARIN, Tiago Rodrigo et alii. O trabalho com arte na Avenida Paulista. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, 2011, v. 7, n. 2, p. 134-165.

O ESTADO DE S. PAULO. Chegou a hora do basta. O Estado de S. Paulo, ano 134, n. 43703, São Paulo, 13 de Jun de 2013.

PINHO, José Antonio Gomes de. Sociedade da informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política, internet e democracia na realidade brasileira. *Rev. adm. empres.*, São Paulo, v. 51, n. 1, Feb. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902011000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Nov. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902011000100009>.

ROMÃO, Davi Mamblona Marques. *Jornalismo policial: indústria cultural e violência*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo/USP. São Paulo, 2013.

TODOROV, Tzvetan. *Os inimigos íntimos da democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Tiago Rodrigo Marin
Psicólogo, doutorando no Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo (IPUSP).
Colaborador e pesquisador do Laboratório de Estudos do Imaginário (LABI/USP).
E-mail: tiagomarin@gmail.com

Gustavo Martineli Massola
Psicólogo, professor doutor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP).
E-mail: gmmassola@gmail.com

¹ Este artigo foi inicialmente concebido a partir de encontros realizados no DIVERSITAS – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerância e Conflitos, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – e no LABI, Laboratório de Estudos do Imaginário do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e, portanto, os autores gostariam de agradecer aos dois grupos.

² Optamos pelo ‘relativamente’ considerando as normas de publicação de cada rede.

³ No dia 2 de Outubro de 1992, após uma rebelião iniciada no Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo – o Carandiru –, a intervenção da polícia militar, neste caso feita pela ROTA, seu braço de combate mais violento, resultou na morte de 111 detentos em menos de meia hora de ação policial.

⁴ Termo popular para trabalho informal.

⁵ Ver em Marin (2011), por exemplo, a ação de uma associação empresarial na gestão da Avenida Paulista, que chegou a reduzir e alterar o trajeto de linhas de transporte público que passavam pela avenida, assim como conseguiu parcerias de combate ao trabalho informal nesta mesma via.

⁶ Considerada uma gestão autoritária e polêmica, posto que o reitor era o segundo nome da lista tríplice que não o elegeu e ainda assim foi nomeado ao cargo por uma decisão do governador José Serra, em 2009. Um dos motivos do protesto era justamente o convênio firmado entre o reitor e a Polícia Militar para que esta aumentasse sua atuação na Cidade Universitária.

⁷ Na quinta-feira 13 de Junho, o programa *Brasil Urgente*, apresentado por José Luiz Datena, realizou uma enquête telefônica sobre os protestos com a pergunta “Você é a favor dos protestos com baderna?”. O “Sim” foi a resposta que encontrou o maior número de votos. Sobre este episódio em específico, ver o texto “Será que formulamos mal a pergunta?”, de Sílvia Viana, em Maricato et al. (2013, p. 53-58).

⁸ Referimo-nos, aqui, a dois ‘personagens’ benjaminianos em suas considerações sobre a modernidade urbana: o burguês, que guarda os resquícios de sua existência fechados em seu lar, ponto onde ele sente que não se perdeu; e o *flâneur*, que, ao contrário, encontra-se em casa no meio da multidão. Não nos cabe aprofundar a leitura acerca de tais personagens neste trabalho, mas a explanação sobre os mesmos encontra-se em Benjamin (1989).

⁹ Tanto o projeto da Nova Luz quanto a polêmica em torno da construção de uma nova estação de metrô em Higienópolis envolviam, em suma, incômodos da elite paulistana com o espaço que ficou conhecido como “Cracolândia”, onde havia a grande presença de usuários químicos sem-teto. Sem contar com uma política eficaz de saúde mental para encarar a dependência química, o que se observou, inicialmente, foi a limpeza social de tal lugar que espalhou os dependentes, sem assistência, em outros lugares da cidade.

¹⁰ Amarildo de Souza era um ajudante de pedreiro, morador da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. Em 14 de Julho de 2013, ele desapareceu após ser detido por policiais. Câmeras de segurança registraram o momento em que Amarildo foi colocado em uma viatura policial na noite de seu desaparecimento. Investigações feitas pelo Ministério Público do Rio de Janeiro apontam para o seu assassinato, mas seu corpo jamais foi localizado.

¹¹ Em 2011, a marca de uísque Johnnie Walker havia divulgado como publicidade um vídeo no qual o Pão de Açúcar, ponto turístico da cidade do Rio de Janeiro, se erguia como um gigante de pedras. O vídeo publicitário era encerrado pelas frases “O gigante não está mais adormecido. Keep walking, Brazil.” A publicidade em nada se relacionava com qualquer manifestação.